

AS DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NO ENSINO FUNDAMENTAL: UMA ANÁLISE SOBRE AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE PROFESSORES DE UMA ESCOLA DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Luana Silva Santana

Faculdade de Tecnologia e Ciências-FTC
luanas.uesb@hotmail.com

Klayton Santana Porto

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia-UFRB
klayton@ufrb.edu.br

Resumo: Observando a prática cotidiana no 6º ano do Ensino Fundamental da Escola Municipal Antônio Carlos Souto, no Município de Laje – BA é perceptível as necessidades que os educadores enfrentam em relação à aprendizagem dos educandos, decorrentes de vários fatores como: alimentação; questões pedagógicas; Ciclo de Formação, entre outros que fizeram com que houvesse uma defasagem muito grande na aprendizagem dos mesmos. No intuito de sanar esta situação, pensou-se na necessidade de redimensionar o Projeto Político Pedagógico da escola, convocando a comunidade possibilitando o corpo docente e discente a repensar, priorizar, estabelecer metas e ações referentes às dificuldades de aprendizagem que estes alunos vêm apresentando em seu contexto educacional, que, de certa forma, contribuem para o fracasso escolar. Neste sentido, este artigo teve como objetivo obter uma visão mais aprofundada acerca dos fatores que têm promovido o insucesso escolar dos alunos 6º ano do Ensino Fundamental da Escola Municipal Antônio Carlos Souto, no Município de Laje – BA, para que se possa dimensionar uma proposta pedagógica que atenda às reais expectativas da Gestão Escolar, do PPP e da comunidade escolar como um todo. Portanto, este trabalho tratou-se de uma pesquisa qualitativa, sobre as dificuldades de aprendizagem que ocorre com estes alunos, cujos dados obtidos foram analisados conforme confronto com os diversos autores utilizados para fundamentar a pesquisa. Os dados obtidos com a pesquisa permitiram concluir que a aprendizagem é essencial para o trabalho dos educadores e o que se percebe ainda nas instituições são lacunas voltadas para uma gestão burocrática, que muitas vezes desconsidera o princípio primordial da instituição, que é favorecer a construção de cidadãos que interajam com o conhecimento de forma equilibrada e direciona o tratamento das questões de aprendizagem de forma equivocada ou até mesmo de caráter secundário.

Palavras-chave: Escola. Aprendizagem. Projeto Político Pedagógico.

1. Introdução

A educação escolar tem tarefa de promover a apropriação de saberes, procedimentos, atitudes e valores, por parte dos educandos, pela ação mediadora dos educadores e pela organização e gestão da escola. Esta objetiva assegurar o desenvolvimento das capacidades cognitivas operativas, sociais e morais pelo seu empenho na dinamização do currículo, no desenvolvimento do processo de pensar, na formação da cidadania participativa e na formação ética. Para isso, faz-se necessário superar as formas conservadoras de organização e gestão, adotando alternativas criativas de modo que aos objetivos sociais e políticos da escola correspondam estratégias compatíveis de organização e gestão.

Observando a prática cotidiana no 6º ano do Ensino Fundamental da Escola Municipal Antônio Carlos Souto, no Município de Laje – BA, é perceptível as necessidades que os educadores enfrentam em relação à aprendizagem dos educandos, decorrentes de vários fatores como: alimentação; questões pedagógicas; Ciclo de Formação, entre outros que fizeram com que houvesse uma defasagem muito grande na aprendizagem dos mesmos. No intuito de sanar esta situação, pensou-se na necessidade de redimensionar o Projeto Político Pedagógico - PPP da escola, convocando a comunidade possibilitando corpo docente e discente repensarem e estabelecerem metas e ações referentes às dificuldades do momento.

Neste sentido, este artigo teve como objetivo obter uma visão mais aprofundada acerca dos fatores que têm promovido o insucesso escolar dos alunos 6º ano do Ensino Fundamental da Escola Municipal Antônio Carlos Souto, no Município de Laje – BA, para que se possa dimensionar uma proposta pedagógica que atenda às reais expectativas da Gestão Escolar, do PPP e da comunidade escolar como um todo.

Este trabalho tratou-se de uma pesquisa qualitativa, sobre as dificuldades de aprendizagem que ocorre com os alunos do 6º ano do Ensino Fundamental da Escola Municipal Antônio Carlos Souto, no Município de Laje – BA, cujos dados obtidos foram analisados conforme confronto com os diversos autores utilizados para fundamentar a pesquisa.

Através da pesquisa, pode-se constatar que a questão da aprendizagem seria a ação de destaque, enfatizando que é na gestão da aprendizagem que os esforços deverão ser centrados, envolvendo todo o corpo docente.

Somente na participação efetiva e coletiva do conjunto dos educadores é que uma unidade

escolar poderá garantir que a aprendizagem se viabilize e se concretize. Para se entender um processo de aprendizagem e/ou não aprendizagem, não se pode apenas perceber as situações a partir do aluno, mas devemos recorrer ao professor, e primordialmente incluir a Instituição escolar.

2. Referencial teórico

2.1 O projeto Político Pedagógico na Escola

O projeto político pedagógico é a caracterização do processo de planejamento. É um documento onde são detalhados os objetivos, metas, ações do processo educativo a ser desenvolvido. Busca trabalhar de acordo com a realidade, procurando transformá-la. O projeto pedagógico é um instrumento de organização da escola nos seus diversos aspectos, apresentando um caráter processual, pois, ele é avaliado durante todo o ano letivo, onde se verificará se as ações foram realmente previstas, pois caso contrário, as metas e ações precisam ser corrigidas, replanejadas, buscando dar um novo sentido ao trabalho.

Para que haja uma boa estruturação do projeto político pedagógico da escola, é necessário um trabalho coletivo com todos os membros da escola e da comunidade participando, opinando e se sentindo co-responsáveis pela elaboração de projetos. Dessa forma haverá uma maior autonomia da equipe escolar e uma maior confiança e credibilidade do trabalho realizado na escola. Segundo Libâneo (2000, p.127) o projeto é um guia para a ação, prevê, dá uma direção política e pedagógica para o trabalho escolar, formula metas, institui procedimentos e instrumentos de ação.

Com o projeto pedagógico, o trabalho da escola se organiza se estrutura e percorre um caminho em busca da melhoria da educação oferecida aos alunos. Como diz Gadotti (1994, p.16) “não se constrói um projeto sem uma direção política, um norte, um rumo [...]”. “O projeto pedagógico da escola é, assim, sempre um processo inconcluso, uma etapa em direção a uma finalidade que permanece como horizonte da escola”. Por isso é que a escola deve atuar como um espaço de construção coletiva no qual o poder de decisão é compartilhado, objetivando difundir no

contexto a nova postura pertinente a um ensino de qualidade que dará, por conseguinte, as ferramentas necessárias ao educando para atuar por igual no mercado competitivo que temos na atualidade, pois, a gestão democrática só se faz com interação e ação coletiva.

Para Silva (2011) é por meio do projeto pedagógico escolar em ação (Plano de Ação), que em outras palavras significa Gestão de Aprendizagem, que serão alcançados os objetivos propostos para o processo educativo, ao mesmo tempo em que se fortalecerá cada um dos membros da escola, que poderão reavaliar a sua prática. O projeto político pedagógico da escola pode ser considerado como um momento importante de renovação da escola. Projetar significa “lançar-se para frente”, antever um futuro diferente do presente. Projeto pressupõe uma ação intencionada com um sentido definido, explícito, sobre o que se quer inovar.

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa quebrar um estado confortável para arriscar-se atravessar um período de instabilidade em busca de uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores. (VEIGA, 1995, p. 67)

Para o autor a constituição de um projeto educativo coletivo forma a identidade de cada escola e é o meio de implantar uma gestão inovadora de aprendizagem. Nessa perspectiva Veiga (1995) afirma que cabe ao diretor da escola assumir a liderança do processo. Sua função é principalmente pedagógica e social, exigindo competência técnica, política e pedagógica. É ele quem deve fazer a articulação dos diferentes atores em torno do projeto político pedagógico da escola.

Deste modo, Veiga (1995) ainda explica que o Plano Político Pedagógico (Plano em Ação), busca rumo a uma direção, é uma ação intencional da gestão democrática educacional, com sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente, na dimensão pedagógica reside à possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola que é a formação do cidadão atuante no processo de aprendizagem.

2.2 Gestão da Aprendizagem escolar

Os problemas de aprendizagem são um assunto vivenciado diariamente por educadores na sala de aula. Problema de aprendizagem é um tema que desperta a atenção para a existência de crianças que freqüentam ou freqüentaram a escola. Por muitos anos tais crianças têm sido ignoradas, mal diagnosticadas e mal tratadas. Estes problemas são uma das maiores preocupações dos educadores, pois na maioria das vezes, não encontram soluções para tais problemas, se desesperam juntamente com a família, pois são conscientes da capacidade intelectual da criança e se exasperam com o rebaixamento escolar.

O processo de ensino-aprendizagem não é compreendido sempre da mesma forma. Mas, segundo Dias (2001) se há uma opção por uma educação emancipadora, com qualidade socialmente referenciada, o processo é entendido em sentido duplo, em que todos aprendem e todos ensinam, na construção do conhecimento coletivo. Esta duplicidade acontece quando há o envolvimento de todos no processo pedagógico, objetivando a melhoria do ensino e levando-os a se sentirem co-responsáveis pelo processo de ensino aprendizagem.

De acordo com Silva (2011) o processo de socialização dos saberes são múltiplos e complexos e envolvem concepções acerca de ensino e de aprendizagem, e a articulação entre ambos; a seleção de conteúdos relevantes; e as metodologias a serem adotadas. Há que se considerar ainda os seus agentes: o aluno, o professor, as famílias e o conteúdo a ser aprendido.

As denominadas dificuldades de aprendizagem são inerentes no contexto escolar, geralmente, extrapolam a sala de aula e demandam especial atenção do setor pedagógico, a começar pela identificação de seu grau e as possíveis causas. A sua presença no ambiente escolar é uma realidade que justifica inúmeros estudos e debates sobre o tema e absorve boa parte do trabalho de gestão pedagógica, pois atinge a essência do trabalho escolar: a falta de bons resultados ou insucesso escolar.

Assim, se a essência da escola é o processo pedagógico, pelo qual se espera obter a aprendizagem do aluno, a não aprendizagem ou aprendizagem insatisfatória passa a direcionar as estratégias de superação elaboradas pelo setor pedagógico. O papel do Coordenador pedagógico é muito importante neste processo de identificação da origem dos problemas de aprendizagem, investigando, coletando dados e criando novas estratégias na busca de superação das dificuldades

apresentadas.

Vale ressaltar, que além do coordenador, o diretor também deve ter esta preocupação com o pedagógico, buscando caminhos cooperativos para sanar as dificuldades de aprendizagem ocorridas na escola, pois somente na participação efetiva e coletiva do conjunto dos educadores de uma unidade escolar, a verdadeira aprendizagem irá se viabilizar e concretizar.

Cansação (2011) afirma que no final do século XX e início deste século, a aprendizagem tem sido um tema de muita discussão e pesquisa devido ao momento de grandes transformações e mudanças no mundo, as quais interferem diretamente na formação do indivíduo e na sua aprendizagem.

Segundo Paz (1997) *apud* Pain (1999) podemos considerar os problemas de aprendizagem como um sintoma, no sentido de que o não aprender não configura um quadro permanente, mas ingressa numa constelação peculiar de comportamento, nos quais se destaca como sinal de descompensação. Estes problemas de aprendizagem referem-se às situações difíceis que as crianças encontram, mas sempre com expectativas de que em longo prazo, terá sucesso. Eles interferem de forma significativa no rendimento escolar individual.

Um aluno que não consegue acompanhar a rotina de seus colegas que apresenta dificuldades para ajustar-se aos padrões e normas estabelecidas pela escola, ou sente-se desmotivados, perturbado emocionalmente. Quando enfrenta uma metodologia inadequada, é agrupado aos alunos que já estão rotulados por também apresentarem problemas de aprendizagem.

Neste sentido, Scoz (1998) agrupa os problemas de aprendizagem para quem as dificuldades de aprendizagem referente à escrita e à leitura, apresentam-se como nível de sintomas. Assim, esses problemas devem ser entendidos como produtos emergentes de uma pluricausalidade e não como decorrente de uma única causa.

Em vista dessa complexidade, é necessário reconhecer que não é tarefa fácil para os educadores compreenderem essa pluricausalidade. Portanto, torna-se comum constatar que as escolas rotulam e condenam esse grupo de alunos à repetência ou multirrepetência, como também os colocam na berlinda, com adjetivos de alunos “sem solução” e vítimas de uma desigualdade social.

De acordo com Pain (1999), os problemas de aprendizagem são assim considerados: Não é

o contrário de aprender, já que como sintoma está cumprindo uma função positiva tão integrativa como o desta última, mas com outra disposição dos fatores que intervêm.

Aqui, é necessária uma reflexão sobre a importância de compreender, investigar, ainda, ter conhecimento do que realmente o aprendiz sabe e do que ele não sabe. Não se deve rotular um aluno apenas por ele responder de forma diferente da forma esperada pela escola, mas se deve ter noção de como este aprendiz está construindo os conhecimentos que está adquirindo e por que está demonstrando um não - aprender.

A compreensão dos problemas, de aprendizagem causa muita ansiedade, tanto para os educadores que se deparam com essa situação, sem, muitas vezes, solucioná-las, quanto para o aluno que apresenta tal sintoma.

Nesse caso, ainda é muito comum rotular os alunos, sendo as conseqüências nocivas, pois prejudicam a auto-estima dos alunos ou mesmo provocam os comportamentos inadequados às experiências, até mesmo afastando – os da sala de aula.

2.3 A prática pedagógica frente às dificuldades de aprendizagem na escola

Fernández (2001) afirma que todo sujeito apresenta algum tipo de modo de aprendizagem que faz com que propicie um meio para construir o próprio conhecimento, que se restringe a uma maneira particular deste construir o saber.

Para Piaget (1976) a aprendizagem constitui um processo necessariamente equilibrante, que faz com que o sistema cognitivo procure novas configurações de interpretar e envolver a realidade enquanto o aluno aprende.

A aprendizagem é um produto da história de cada aluno e das inclusões que este estabelece com o conhecimento ao longo da vida, entretanto, este processo não está restrito apenas ao aluno, uma vez que a aprendizagem não é um processo individual, ou seja, não estar amarrado somente a quem aprende, mas sim a todo um processo coletivo.

Neste sentido, Fernández (2001) complementa que a participação da família, é, também, um elemento responsável pela aprendizagem do aluno, já que os pais são os primeiros ensinantes e os mesmos motivam algumas modalidades de aprendizagem em seus filhos. Este conceito também

está indubitavelmente dependente da relação professor-aluno, pois quando se aprende algo, aprende-se com alguém, aprende-se com aquele ao qual se outorga confiança e direito de ensinar.

Para Almeida (1993, p. 98):

A aprendizagem ocorre no vínculo com outra pessoa, a que ensina, aprender, pois, é aprender com alguém. É no campo das relações que se estabelecem entre professor e o aluno que se criam às condições para o aprendizado, seja quais forem os objetos de conhecimentos trabalhados.

Na visão de Fernández (2001, p.23):

As causas do não aprender podem ser diversas. Em vista dessa complexidade, é necessário reconhecer que não é tarefa fácil para os educadores compreenderem essa pluricausalidade. Portanto, torna-se comum constatar que as escolas rotulam e condenam esse grupo de alunos à repetência ou multirrepetência, como também os colocam na berlinda, com adjetivos de alunos “sem solução” e vítimas de uma desigualdade social.

A aprendizagem, portanto, depende do contexto social, cujas ações estão centradas na relação do sujeito com a família, com a sociedade, seu contexto social e cultural e depende, também, do contexto e do saber pedagógico, cuja forma depende dos modos como a escola institui o seu trabalho, ou seja, o método, a avaliação, os conteúdos, a forma de ministrar a aula, entre outros.

A aprendizagem depende da interação do sujeito com o meio e da constante interação de todos atuantes do processo educacional. Entretanto, Scoz (1998, p. 45) define a dificuldade de aprendizagem como “o não-funcionamento ou o funcionamento insatisfatório de um dos aspectos relacionando à aprendizagem escolar”.

O fracasso escolar acontece pela falta de conhecimento, pelo menos em seus aspectos fundamentais, da realidade social na qual se enquadrava uma determinada versão sobre as diferenças de rendimento escolar existentes entre crianças de diferentes origens sociais (PATTO,1990, p. 90).

Para sanar as dificuldades e os distúrbios de aprendizagem apresentados por alunos no ambiente escolar é necessário refletir sobre a ação do docente, como uma forma de corrigir

possíveis erros de atuação em sala de aula, analisar as posturas adotadas pelo gestor escolar e pela comunidade escolar como um todo como uma forma de poder minimizar tais problemas.

É comum prestarmos mais atenção às dificuldades, pois elas saltam aos olhos com muito mais evidências que as potencialidades. Podemos começar a pensar sobre a dificuldade de aprendizagem pelos acertos dos alunos. Assim, experimentando alguns sucessos, podemos abrir uma porta para a construção de um vínculo positivo com as demais áreas da aprendizagem que nosso aluno necessita aprimorar. Vamos descobrir os talentos dos nossos alunos e nos concentrar neles!

Como todo professor, queremos que nossos alunos acertem sempre, mas é bom adquirir um novo olhar sobre o erro na aprendizagem. O erro é um indicador de como o aluno está pensando e como ele compreendeu o que foi ensinado. Analisando com mais cuidado os erros dos alunos, podemos elaborar a reformulação e práticas docentes de modo que elas fiquem perto da necessidade dos alunos e assim atender a dificuldade que o mesmo apresenta. É importante que o professor reflita sobre as causas do fracasso escolar não para se culpar, mas para se responsabilizar. Responsabilizar-se significa abraçar a causa e procurar alternativas para solucionar o problema. Não podemos nos satisfazer com aprendizagens parciais. Procurar compreender como ocorre o conhecimento, os fatores que interferem na aprendizagem, seus diferentes estágios, e as diferentes teorias que podem transformar o trabalho do professor em processo científico e assim ele percorrerá o caminho prática-teoria-prática. (PATTO, 1990, p. 30).

Recomenda-se, portanto, que o professor, juntamente com o gestor, as demais equipes da escola e a comunidade escolar, reflita sobre o arcabouço curricular o qual está sendo proporcionado e a compatibilidade deste com a composição cognitiva, afetiva e social do aluno, uma vez que a aprendizagem se baseia nestas estruturas em constante equilíbrio.

O professor deve fazer com que o aluno busque, de forma interdisciplinar, apoio nas diversas áreas do conhecimento, cujo correto embasamento deve estar centrado no ambiente escolar, familiar; e no aspecto afetivo, cognitivo e biológico dos quais este faz parte. Dessa forma, pode-se evitar que os problemas de aprendizagem conduzam este aluno a um fracasso escolar.

3. Considerações finais

O desafio que se coloca para a educação é que seja voltada para o exercício da cidadania que possibilite aos educandos não apenas ler, escrever e compreender a língua nacional, o domínio dos símbolos, das operações matemáticas básicas, dos conhecimentos essenciais das ciências sociais e naturais, mas também, garantir o acesso aos meios de produção cultural, ao trabalho, à arte, ao lazer, à comunicação, ao esporte. Nesse sentido, pressupõe-se que o sujeito aprende de forma interdisciplinar, mediante suas experiências, discussão, problematização, diálogo, sua relação com o outro, sempre no processo de construção contínua e global do saber.

A melhor metodologia é aquela que permite a convivência no espaço de pesquisa em seu ambiente natural. Sob este prisma, pôde-se perceber que a compreensão dos problemas de aprendizagem causa muita ansiedade, tanto para os gestores e educadores que se deparam com essa situação, sem, muitas vezes, solucioná-las, quanto para o aluno que apresenta tal sintoma. Nesse caso, ainda é muito comum rotular os alunos, sendo as conseqüências nocivas, pois prejudicam a auto-estima dos alunos ou mesmo provocam comportamentos inadequados às experiências, até mesmo afastando-os da sala de aula.

Os alunos que apresentam problemas de aprendizagem são um desafio para todos, gestores, pais, escola e professores, pois compreender os fatores que levam ao insucesso escolar requer, acima de tudo, reflexão. Essa reflexão passa inclusive por distinguir, com certa clareza, o que esta sendo considerado como problema de aprendizagem, para que não seja levada a uma análise simplificada e considerar toda e qualquer dificuldade apresentada pelos (as) alunos (as) como sendo “um problema de aprendizagem”.

Sobre as dificuldades de aprendizagem que ocorre com os alunos do 6º ano do Ensino Fundamental da Escola Municipal Antônio Carlos Souto, no Município de Laje – BA, pode-se constatar que a questão da aprendizagem seria a ação de destaque, enfatizando que é na gestão da aprendizagem que os esforços deverão ser centrados, envolvendo todo o corpo docente. Neste sentido, a referida escola deve incentivar e respeitar os seus alunos como seres em desenvolvimento, que estão formulando as suas idéias, seus pensamentos, cada um ao seu modo.

Os problemas de aprendizagem constituem uma situação real, presente nas instituições escolares. Portanto, é necessário que todos os envolvidos com as questões educacionais possibilitem conhecer cada vez melhor, as relações entre o saber e o não saber. Este processo de

aprendizagem necessita comprometimento, responsabilidade, parcerias, busca de investimentos, coletividade, para que a gestão educacional caminhe rumo a um processo de democratização, respeitando e trabalhando os educandos em todas as suas especificidades, observando as suas limitações e buscando formas eficazes para melhorar o seu desenvolvimento e a sua aprendizagem.

Esta pesquisa foi de grande relevância, pois a questão da aprendizagem é essencial para o trabalho dos educadores e o que se percebe ainda nas instituições são lacunas voltadas para a construção de cidadãos que interajam com o conhecimento de forma equilibrada e direciona o tratamento das questões de aprendizagem de forma equivocada ou até mesmo de caráter secundário.

Desta forma com os princípios analisados e o aprofundamento dos estudos sobre a organização do trabalho pedagógico, trarão contribuições relevantes para a compreensão dos limites e possibilidades do Projeto Pedagógico escolar em ação (Plano de Ação), voltado para o trabalho com as dificuldades de aprendizagem dos educandos, na instituição escolar e viabilizar possibilidades para alcançar soluções para as questões aqui destacadas.

Referências

ALMEIDA, S. F. C. **O lugar da afetividade e o desejo na relação ensinar-aprender;** In: Revista Temas em Psicologia. Ribeira Preto – SP: Sociedade Brasileira de psicologia, 1993, n.1.

CANSANÇÃO, J. do P. **Gestão Educacional – Uma abordagem Crítica do Processo Administrativo em Educação**, 3ª edição, Rio de Janeiro, 2011.

DIAS, D. **O Conselho escolar e a aprendizagem na escola.** 2001. Disponível em: <http://pedagogia.loveblog.com.br/161397/O-Conselho-Escolar-e-a-prendizagem-na-escola/> Acessado em 20 de maio de 2017.

GADOTTI, M. **Pressupostos do Projeto Pedagógico.** Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos. Brasília: MEC, 1994.

FERNÁNDEZ, A. **O Saber em jogo:** a Psicopedagogia propiciando autorias de pensamento. Porto Alegre: Artmed, 2001.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e G da Escola:** teoria e prática. São Paulo: Alternativa, 2004.

PAIN, S. **Diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem.** 4 ed. Porto Alegre: Artmed, 1999.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia.** São Paulo: T. A. Queiroz, 1990.

PIAGET, J.. **A equilibração das estruturas cognitivas:** problema central ao desenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

SCOZ, B. **Psicopedagogia e realidade escolar:** o problema escolar e de aprendizagem. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes. 1998.

SILVA, M. S. P. **Planejamento e Práticas da Gestão Escolar.** Disponível em: escoladegestores.mec.gov.br/site/5...planejamento.../u1_2.pdf. Acesso em: 12 de maio de 2017.

VEIGA, I. P. A. (Org) **Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível.** Campinas SP: Papyrus, 1995.